



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Embargos de declaração nº 173405-0/02 – Comarca do Recife

Embargante: Aldo Cláudio Diniz.

Embargado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO PORTADOR DE VISÃO MONOCULAR. DIREITO DE CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 377 DO STJ. ACLARATÓRIOS PROVIDOS. EFEITOS INFRINGENTES CONFERIDOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Os portadores de visão monocular têm direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos portadores de deficiência. 2. O dispositivo do edital com base no qual foi decretada a exclusão do embargante deve sofrer uma interpretação sistemática com as normas que buscam integrar os portadores de deficiência à sociedade, notadamente ao mercado de trabalho, de forma que a visão monocular da qual é portador lhe assegura sim direito a concorrer às vagas destinadas aos deficientes, bem como mostra-se perfeitamente compatível com as atividades policiais, assim, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, resta superada a interpretação segundo a qual a lista prevista no referido instrumento normativo tem caráter taxativo, de modo que outras situações não pudessem enquadrar-se como deficiência. 3. Inteligência da Súmula 377 do STJ. 4. Aclaratórios providos à unanimidade para sanar a contradição apontada, conferindo-lhe efeitos infringentes a fim de garantir ao embargante o direito de concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência no Concurso Público.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 173405-0/02, acima referenciados, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada nesta data, unanimemente, no sentido de dar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
3ª Câmara Cível  
*Exa. Sr. Des. Ricardo Paes Barreto*

Embargos de declaração nº 173405-0/02 - Comarca do Recife  
Embargante: Aldo Cláudio Cruz.  
Embargado: Estado de Pernambuco.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recursos de embargos de declaração diante de acórdão adiante ementado:

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA QUE SE MOSTRA INCOMPATÍVEL COM AS EXIGÊNCIAS DO CARGO PARA O QUAL ESTÁ CONCORRENDO. NÃO VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE. AGRAVO REGIMENTAL À UNANIMIDADE IMPROVIDO. 1. Perícia judicial realizada no Núcleo de Apoio de Segurança e Medicina do Trabalho que concluiu ser o agravado portador de deficiência visual que não se enquadra nos níveis e padrões previstos da legislação de regência para que o mesmo concorra nas vagas destinadas aos portadores de deficiência, assim como, que a doença do qual é portador se mostra incompatível com as exigências do cargo para o qual está concorrendo. 2. O princípio da igualdade só se concretiza quando os iguais são tratados como iguais e aos desiguais, é conferido tratamento diferenciado na medida de suas desigualdades, o que, na hipótese dos deficientes que concorrem a cargos públicos, consolida-se quando suas necessidades e condições especiais são compensadas mediante adoção de regras próprias e diversas das aplicáveis aos candidatos não portadores de deficiência, que respeitem suas naturais limitações, desde que, obviamente, compatíveis com o alcance da aferição da sua capacidade para provimento do cargo a que se concorre. 3. Não vulneração dos arts. 5º, II, XIII, XXXV, e 37, VIII, ambos da CF/88. 4. Agravo regimental improvido. 5. Decisão unânime. (AREg 173405-0-02, 8CC, Des. Rel. Ricardo Paes Barreto, DJ de 22/01/2009).

Segundo o embargante, a citada decisão teria sido contraditória, posto que os portadores de visão monocular detêm direito a concorrer às vagas reservadas aos deficientes, conforme jurisprudência pacífica do STJ, de modo que a sua exclusão do certame deve ser revista.

Considerando a possibilidade de atribuição de efeitos infringentes, fora oportunizado regular contraditório, às fls. 32/33, onde se requer o improvimento dos presentes aclaratórios, com a conseqüente manutenção do julgado vergastado.

É o relatório.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Dias Barreto*

Embargos de declaração nº 173405-0/02 - Comarca do Recife  
Embargante: Aldo Cláudio Diniz.  
Embargado: Estado de Pernambuco.

VOTO

A questão devolvida ao conhecimento deste colegiado, no caso concreto, está afeta à existência ou não de direito do ora embargante de concorrer às vagas reservadas aos deficientes físicos no Concurso Público da Polícia Civil.

Ora, conforme destacado na decisão vergastada, a junta médica responsável pelas perícias no certame constatou que embargante de fato é portador de deficiência visual, entretanto, esta não se enquadra nos níveis e padrões previstos da legislação de regência para que o mesmo concorra às vagas destinadas aos portadores de deficiência, assim como, que a doença do qual é portador se mostra incompatível com as exigências do cargo para o qual está concorrendo.

Ocorre que o dispositivo do edital com base no qual foi decretada a exclusão do embargante deve sofrer uma interpretação sistemática com as normas que buscam integrar os portadores de deficiência à sociedade, notadamente ao mercado de trabalho, de forma que a visão monocular da qual é portador lhe assegura sim direito a concorrer às vagas destinadas aos deficientes, bem como mostra-se perfeitamente compatível com as atividades policiais, assim, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, resta superada a interpretação segundo a qual a lista prevista no referido instrumento normativo tem caráter taxativo, de modo que outras situações não pudessem enquadrar-se como deficiência.

Neste sentido os seguintes julgados do STJ:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DEFICIENTE VISUAL. VISÃO MONOCULAR. EXCLUSÃO DO BENEFÍCIO DA RESERVA DE VAGA. ILEGALIDADE. I. O prazo para a impetração do mandamus começa a ser contado da ciência pelo interessado do ato que efetivamente lhe feriu o direito líquido e certo. II - A visão monocular constitui motivo suficiente para reconhecer ao recorrente o direito às vagas destinadas aos portadores de deficiência física. Precedentes deste e. Tribunal, bem como do Pretório Excelso. Agravo regimental desprovido (AgRg no RMS 26105/PE, T5, Rel. Min. Félix Fischer, DJ de 30/06/2008).

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PORTADOR DE VISÃO MONOCULAR. DIREITO A CONCORRER ÀS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO. 1. O art. 4º, III, do Decreto 3.298/99, que define as hipóteses de deficiência visual, deve ser

31.  
C  
208  
interpretado em consonância com o art. 3º do mesmo diploma legal, de modo a não excluir os portadores de visão monocular da disputa às vagas destinadas aos portadores de deficiência física. Precedentes. 2. Recurso ordinário provido (RMS 19257/DF, T5, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ 30/10/2006).

Corrobora esse entendimento a recente Súmula 377 do STJ, publicada no DJ de 05/05/2009:

O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

Diante do exposto, dou provimento aos presentes aclaratórios para sanar a contradição apontada, conferindo-lhe efeitos infringentes a fim de garantir ao embargante o direito de concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência no Concurso Público da Polícia Civil.

É como voto.

Recife, 11 de fevereiro de 2009

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
*Relator*